



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

PROTOCOLO SIC [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria da Fazenda

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Parecer da Consultoria Jurídica. Inexistência do documento. Formulação de denúncias, consultas e reclamações em via própria. Negado provimento.

DECISÃO OGE/LAI nº 106/2017


1. Tratam os presentes autos de pedido formulado à Secretaria da Fazenda, de número SIC em epígrafe, solicitando parecer jurídico sobre remuneração de agentes fiscais.
2. Em resposta, a Secretaria informou que a Lei de Acesso à Informação não ampara a formulação de consultas, sugerindo outro caminho para a obtenção da informação, reiterando o posicionamento em recurso hierárquico. Insatisfeito, sobreveio o apelo revisional cabível, conforme a atribuição do artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.
3. Tão logo recebeu o recurso ao pedido, esta Ouvidoria Geral entrou em contato com o ente, a fim de verificar a possibilidade de complementação das informações, indagando sobre a existência do documento requerido. Em resposta (fls. 13/16), a Secretaria confirmou a inexistência do documento.
4. Analisado o feito, constata-se que a resposta ofertada encontra-se devidamente respaldada na legislação vigente, pois o expediente de acesso à informação não é o meio adequado para a formulação de consultas, encontrando-se limitado ao atendimento de pedidos de acesso a dados custodiados pela administração pública, conforme entendimento consolidado desta Ouvidoria Geral do Estado e também do Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União: “A Lei de Acesso à Informação não ampara a formulação de consultas, reclamações e denúncias, bem como pedidos de providências para a Administração Pública Federal ou solicitações de indenizações. Os pedidos de acesso devem veicular, única e exclusivamente, o acesso a dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato”. (Referência: 48700.000688/2014-71, Órgão ou entidade recorrido: ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica. Recorrente: A.L.S.S.).



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

5. Oportuno lembrar que as manifestações de órgão público são revestidas de presunção relativa de veracidade, conforme entendimento consolidado desta Ouvidoria Geral, igualmente esposado no plano federal pelo Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle: “A alegação de inexistência de documento/informação por órgão público é revestida de presunção relativa de veracidade, decorrente do princípio da boa fé e da fé pública. Tal posicionamento tem respaldo na doutrina. Nesse sentido, Hely Lopes Meirelles (2013) aduz que os atos administrativos, qualquer que seja sua categoria ou espécie, nascem com a presunção de legitimidade, independentemente de norma legal que a estabeleça. Essa presunção decorre do princípio da legalidade da Administração, que nos Estados de Direito, informa toda a atuação governamental.” (Referência: 08850.000326/2015-22. Órgão recorrido: Departamento de Polícia Federal. Interessado: A.S.F.).”
6. Ante o exposto, considerando a afirmativa do órgão quanto a não possuir o documento almejado, bem como a vedação a consultas por meio do sistema SIC, **conheço do recurso** e, no mérito, **nego-lhe provimento**, com fundamento no artigo 11, §1º, inciso III, da Lei nº 12.527/2011, ausentes quaisquer das hipóteses de provimento recursal previstas no artigo 20 e seus incisos do Decreto nº 58.052/2012.
7. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando-se ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 2 de junho de 2017.


GUSTAVO UNGARO
OUVIDOR GERAL DO ESTADO